

PARA ALÉM DOS PARTIDOS POLÍTICOS: A CONSULTA POPULAR

BEYOND POLITICAL PARTIES: THE POPULAR CONSULTATION

ADEMÁS DE LOS PARTIDOS POLÍTICOS: LA CONSULTA POPULAR

Atamis Antonio Foschiera¹
foschieraa@mail.uft.edu.br

RESUMO

As mudanças provocadas pela implantação do neoliberalismo impactaram de forma acentuada a sociedade em escala mundial. No Brasil, os movimentos e organizações sociais progressistas fizeram uma autocrítica e buscaram se redefinir, adequando sua atuação à nova dinâmica mundial. É nesta perspectiva que vai se formar a Consulta Popular. O objetivo deste artigo é apresentar as origens e o discurso da Consulta Popular, entidade que vem sendo criada tendo como referência movimentos e entidades sociais voltadas a construir um “novo” projeto popular para o Brasil. Os dados aqui apresentados foram retirados de fontes bibliográficas e de *sites*, principalmente o da própria Consulta Popular. Apresenta-se novas matrizes teóricas que movimentos e organizações sociais passam a ter como referência, destaca-se elementos da crise e rupturas que perpassaram e, para finalizar, apresenta-se a Consulta Popular.

PALAVRAS CHAVE: Neoliberalismo, Consulta Popular, Matrizes Teóricas, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The changes that occurred due to the implantation of neoliberalism have sharply impacted the society worldwide. In Brazil, the social movements and progressive organizations have made a self-criticism and sought to redefine themselves, adapting their operations to the new world dynamics. It's in this perspective that the Popular Consultation will be formed. The objective of this article is presenting the origins and the speech of Popular Consultation, an entity that has been created as a reference to social movements and organizations aimed to build a “new” popular project for Brazil. The data presented here were taken from literature sources and websites, especially from the Popular Consultation one. We present new theoretical matrices that social movements and organizations will have as reference, there is evidence of crisis elements and disruptions that permeated and, finally, we present the Popular Consultation.

KEYWORDS: Neoliberalism, Popular Consultation, Theoretical Matrices, Social Movements.

RESUMEN

Los cambios causados por el despliegue del neoliberalismo impactaron la sociedad agudamente en todo el mundo. En Brasil, los movimientos sociales y organizaciones progresistas hizo una autocrítica y trató de redefinirse, adaptando su actuación a la nueva dinámica global. Es en esta perspectiva que formará la Consulta Popular. El propósito de este artículo es presentar los orígenes y el discurso de la Consulta Popular, una entidad que se ha creado con referencia a los movimientos y entidades sociales destinados a construir un "nuevo" proyecto popular para Brasil. Los datos aquí presentados fueron tomados de fuentes bibliográficas y sitios de internet, sobre todo de la misma

¹ Prof. Dr. dos Cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da UFT/Campus de Porto Nacional; Integrante do NEMAD (UFT) e CEGeT (FCT/UNESP).

entidad estudiada. Son presentadas nuevas matrices teóricas que los movimientos y organizaciones sociales busquem como referencia; destacan elementos de la crisis y rupturas que perpasaran y se presenta la Consulta Popular.

PALABRAS CLAVE: Neoliberalismo, Consulta Popular, Matrices Teóricas, Movimientos Sociales.

INTRODUÇÃO

As mudanças impostas pelo neoliberalismo à economia e à política mundial, com seus efeitos nacionais, levaram vários movimentos sociais a se reestruturarem. Ter um conhecimento mais aprofundado dos efeitos destas mudanças e traçar novos caminhos a serem seguidos passou a integrar a pauta de discussões.

A partir destas constatações, lideranças de movimentos sociais passaram a fazer uma leitura marxista, com destaque ao marxismo-leninista, pela qual organizaram um pensamento que se fundamenta na compreensão da realidade vivenciada associada a uma nova dinâmica de ação, buscando se inserir nas discussões mundiais sobre a possibilidade de “um outro mundo” e na organização de um projeto popular para o Brasil.

No Brasil a Consulta Popular surge como um instrumento de luta e organização de grupos que buscam organizar um novo projeto popular. Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar as origens e o discurso da Consulta Popular, entidade que vem sendo criada tendo como referência movimentos e entidades sociais voltadas a construir um “novo” projeto popular para o Brasil. Os dados aqui apresentados foram retirados de fontes bibliográficas e de *sites*, principalmente o da própria Consulta Popular. Apresenta-se novas matrizes teóricas que movimentos e organizações sociais passam a ter como referência, destaca-se elementos da crise e rupturas que perpassaram e, para finalizar, apresenta-se a Consulta Popular.

NOVAS MATRIZES TEÓRICAS NA LUTA ANTISSISTÊMICA

Com a expansão do neoliberalismo teve-se uma nova corrida, por parte do capital, a fim a de se apoderar de territórios, de empresas estatais e dos setores da economia que as mesmas dominavam. O Estado interventor, principalmente em decorrência da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, passou a diminuir seu poder de intervenção por intermédio das privatizações, ampliando-se a separação entre poder econômico e político. O discurso dos defensores do neoliberalismo era marcado pelo sonho de se voltar à livre

concorrência nas atividades que estavam sob domínio do Estado, o que levaria a uma melhoria na qualidade e queda de preços dos produtos e serviços oferecidos.

O entendimento que as lideranças de movimentos sociais passaram a ter é que estava ocorrendo uma nova onda de expansão do capital, na forma imperialista, porém com a máscara neoliberal. Um número reduzido de empresas estava se apossando das fontes de diferentes matérias-primas em vários países. Estaria ocorrendo uma apropriação de territórios por parte destas empresas, que, no afã de ampliar seus lucros e aumentar seus capitais, estavam expropriando e desestruturando muitas comunidades tradicionais. A ampliação do domínio do capital financeiro sobre a economia mundial, centrado em bancos e organizações internacionais de financiamento, era o que dava a sustentação a este novo modelo de expansão do capitalismo.

O discurso neoliberal de que a quebra do monopólio do Estado em diversos setores econômicos promoveria concorrência entre capitais resultando na diminuição dos preços dos produtos oferecidos, logo nos primeiros anos de sua implantação, passou a ser criticado, pois ocorreu elevação dos preços dos serviços e produtos oferecidos, como também as melhoras sociais e econômicas não ocorreram.

O que estaria ocorrendo era a implantação, em escala mundial, de um novo colonialismo, centrado no domínio de grandes empresas, que tem suas origens em países desenvolvidos, com o apoio de grupos nacionais. Este novo colonialismo, caracterizado como imperialista e monopolista, é semelhante ao que ocorria no fim do século XIX e início do século XX. Ao analisar-se a caracterização que Lênin (1987) fazia daquela época e ao compará-la com a atualidade podem-se identificar muitas semelhanças.

Sobre o imperialismo, Lênin (1987, p.88) destaca as seguintes características fundamentais:

- 1 – concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;
- 2 – fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base desse capital financeiro, de uma oligarquia financeira;
- 3 – diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;
- 4 – formação de uniões internacionais de monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5 – termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Buscando explicar a formação de monopólios e suas consequências, Lênin (1987) destaca que o monopólio nasceu da concentração da produção; os monopólios conduziram ao controle cada vez maior das principais fontes de matéria prima; eles se

desenvolveram através de bancos; resultam da política colonial. Tem-se a impressão que a realidade vivenciada por Lênin se transferiu para a atualidade.

Ao fazer a análise sobre como os movimentos sociais vinham se organizando e atuando, lideranças identificaram que sua organização era artesanal e sua atuação estava centrada na questão econômica, não contribuindo para que ocorresse, realmente, transformação social, apenas, ou no máximo, reformas sociais que poderiam ser perdidas a qualquer momento.

As lideranças interpretaram que a trajetória dos movimentos sociais vinha sendo marcada por uma proximidade com as ideias de Bernstein e outros revisionistas (LUXEMBURGO, 1999), que acreditavam ser possível fazer a transformação da sociedade por reformas sociais, negando a necessidade de expropriação da classe capitalista. Neste sentido a ação dos sindicatos, cooperativas e dos parlamentares era de grande importância.

Os sindicatos deveriam garantir a melhoria da situação material dos operários, com ações voltadas ao aumento de salários e redução de tempo de trabalho. Porém, destaca Luxemburgo (1999), que se ocorrer uma crise, os capitalistas ameaçam as conquistas sociais dos trabalhadores e muitos sindicatos passam a lutar, simplesmente, para manter as conquistas já realizadas. A possibilidade de perda das conquistas dos trabalhadores seria iminente.

As cooperativas de produção seriam um ser híbrido na economia capitalista, ou seja, a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista e por elas seria possível controlar o lucro do capital comercial. Luxemburgo (1999) rebate esta ideia de Bernstein destacando que no capitalismo a troca domina a produção, e a força de trabalho fica presa às necessidades do mercado, podendo ser dispensada em certos momentos. Em momentos de crise, ou a cooperativa agiria como uma empresa capitalista ou tenderia a se dissolver.

Para Bernstein o parlamento burguês era indicado como o órgão para fazer a transformação social da história, ou seja, a passagem da sociedade capitalista para a socialista, e a democracia é colocada como ponto de destaque político. Em sua análise, Luxemburgo (1999) destaca que a democracia não é uma criação do capitalismo, que a mesma já se fez presente em formações sociais primitivas, escravagistas, absolutistas etc., mas sempre para garantir as formas de poder existentes e, quando ameaçava este poder, era abandonada.

A teoria de Bernstein se atinha, unicamente, à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariamento, buscava a diminuição da exploração sobre o

trabalhador, em suma, a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo. Partindo destes pressupostos a luta dos trabalhadores teria a finalidade de alcançar uma forma mais justa de repartição dos lucros da riqueza social. Mantendo-se o Estado capitalista, a lógica do capital é que prevalecerá e o mesmo estará a serviço do capital.

Negando as ideias de Bernstein, Luxemburgo (1999) diz que este autor abandonou a “teoria do desmoroamento”, negou a necessidade de expropriação e estabeleceu como finalidade do movimento operário a realização progressiva do “princípio do cooperativismo”, que representa uma adaptação ao capitalismo. Nesta perspectiva colocava em xeque a existência de classes, a necessidade da luta de classe e proclama a reconciliação com o liberalismo burguês.

A lógica dos Novos Movimentos Sociais, as negociações do PT com partidos políticos que representam os interesses do capital, a submissão das centrais sindicais ao ditame do capital foram amostras de que o projeto popular que veio sendo construído nas últimas décadas no Brasil era apenas reformista.

Para fazer frente ao capitalismo fazia-se necessário a profissionalização dos movimentos sociais com posição antissistêmica e que, para tanto, dever-se-ia atuar em três frentes: política, econômica e teórica.

O trabalho artesanal é marcado pela espontaneidade das pessoas, desprovida de maior preparação e estudo, não agregando conhecimentos sobre si e sobre outros grupos sociais, impedindo uma boa organização e a possibilidade de, realmente, fazer frente ao capital. A visão economicista é marcada, também, pela espontaneidade das massas, incitando os operários a pensar somente na atitude do governo em relação à classe operária, não levando ao desenvolvimento da consciência política dos operários e desemboca na impotência política (LÊNIN, 1979).

A profissionalização e garantia de estabilidade para as lideranças passaram a ser entendidas como fundamentais, pois, somente capacitados e podendo se dedicar à causa na qual estão envolvidos, teriam a possibilidade de promover um processo de grandes transformações sociais. Seriam estas lideranças profissionais que conseguiriam transformar a luta espontânea dos operários em uma verdadeira luta de classe. Estas lideranças formariam a vanguarda da organização, que deveria ser integrada tanto por trabalhadores como por intelectuais, sendo que estas diferenças não deveriam ser motivos de hierarquia entre eles. Esta vanguarda deve ser em um número reduzido e formada por pessoas experientes que devem ter estabilidade em suas atividades, e serem aptos a fazer campanhas de denúncia e agitação junto à classe trabalhadora.

Conforme foi destacado anteriormente, a atuação das lideranças deve levar a uma atuação que extrapole a questão econômica, inserindo discussões políticas e debates teóricos. Para tanto, faz-se necessária a adoção de matrizes teóricas que realmente conduzam os trabalhadores a lutar por uma “outra sociedade”². Torna-se importante a leitura e o domínio do conhecimento, tanto para lideranças como para os trabalhadores, não devendo o nível de conhecimento das lideranças rebaixar-se ao nível das massas, como destacavam os economistas, e sim, elevar o nível de consciência dos trabalhadores, com leituras populares acessíveis aos diferentes graus de conhecimento dos mesmos.

Neste sentido o setor de educação³ dos movimentos sociais passaram a ser mais valorizados, fomentando e buscando condições objetivas para que militantes pudessem participar de cursos técnicos ou de nível superior nas escolas mantidas pela Via Campesina e, também, participar de convênios com faculdades e universidades públicas e privadas, nas quais, ou de forma individual, ou na formação de turmas especiais, seus militantes pudessem se qualificar. Cursos de formação de militantes de maior duração (15 dias a 30 dias), com várias etapas, também passaram a ser realizados junto a universidades ou contratando consultorias particulares.

Buscar conhecimentos fora do mundo dos trabalhadores e deslocar lideranças para conhecer novas realidades e contribuir com seus conhecimentos em diferentes locais são ações que, também, passaram a ser estimuladas nos movimentos sociais.

Junto com a centralização de poder no interior dos movimentos sociais está vinculada a escala nacional das ações, devendo as ações locais serem submetidas aos ditames da coordenação nacional. A centralização das decisões evitaria a perpetuação das ações espontâneas e possibilitaria uma formação paulatina e sequencial de lideranças e das massas, formando um pensamento homogêneo em relação à exploração do capital sobre o trabalho.

A avaliação feita pelas lideranças dos movimentos sociais é que suas práticas estavam deficitárias de referências teóricas e de um plano prático, atendo-se a uma função sindical e não conseguindo estimular a criação de uma organização que pudesse contribuir para que fossem realizadas grandes transformações sociais. O máximo que conseguiam eram algumas reformas sociais em benefício dos trabalhadores, enquanto, o capital monopolista continuava a se expandir de forma acelerada. Superar a visão puramente

² Podemos no referir a Lênin (1979:52) quando destaca que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”.

³ A questão da educação será apenas mencionada neste trabalho, porém é um interessante tema para pesquisa futuras.

economicista e artesanal (sindicalista-reformista) predominante nos movimentos sociais passava a ser uma necessidade primordial. Os movimentos sociais passam a negar, em parte, as matrizes discursivas que o orientaram até o momento, sintetizadas na ideia de Novos Movimentos Sociais.

Acabar com a lógica de pensamento despolitizada dos Novos Movimentos Sociais e organizar um novo projeto popular, embasado de forma mais profunda na teoria marxista, passou a ser um dos caminhos trilhados por movimentos sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: CRISE E RUPTURA

Na segunda metade da década de 1980, com o início da redemocratização, algumas demandas dos movimentos sociais começaram a ser supridas⁴, ou, pelo menos, entraram na pauta de discussões de governantes (municipais, estaduais e federal). Os movimentos garantiram sua participação nas mesas, câmaras e conselhos de negociações, com a ascensão de líderes de oposição ligados aos movimentos a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais. Tal fato levou à ocorrência da inversão de prioridades orçamentárias, aumentando-se os investimentos em áreas carentes, e se difundiu, em grande escala, mecanismos participativos de gestão que envolviam a sociedade organizada no processo de decisão. Para Ricci (2005), muitas das experiências inovadoras surgidas no interior dos movimentos sociais foram catapultadas à esfera das ações governamentais (não necessariamente de Estado), levando a uma estatalização de vários movimentos; isso representou o aparecimento de um tipo de parceria que tendia a provocar uma institucionalização dos movimentos sociais, sem que se desse uma nova institucionalidade pública, o que poderia levar a um distanciamento do caráter emancipatório destas políticas e ações governamentais.

Muitos dos movimentos com atuação em áreas geográficas específicas não conseguiram se inserir em lutas mais amplas e/ou suas lutas cotidianas estavam limitadas a reivindicações setoriais; portanto, ao perceberem suas demandas atendidas em parte, ou na totalidade, não mais viam a necessidade de se manterem organizados, cabendo aos novos governantes, por meio da gestão pública, democrática e participativa, encarregar-se de resolver os problemas sociais. Por outro lado, governantes de esquerda não conseguiram elaborar um projeto que servisse a toda a população, o que levou alguns deles a assumiram

⁴ As principais reivindicações populares estavam centradas em questões de infraestrutura básica, ligadas ao consumo coletivo (transporte, saúde, educação, moradia etc.).

várias propostas neoliberais (GOHN 2000). Barros (2005) destaca que em vários países ocorreu a adaptação de governos populares à democracia burguesa, contribuindo para o afastamento das lutas sociais diretas, sindicais e políticas, protagonizadas quotidianamente pelos trabalhadores.

Para Ricci (s/d) isso evidenciou a fragilidade das propostas de vários movimentos, o que levou a uma fragmentação ainda maior dos mesmos, fazendo com que muitos se perdessem na burocracia estatal⁵. Para Goss e Prudencio (2004), nos anos de 1990, vários movimentos sociais deixaram de ter uma orientação na perspectiva de ação coletiva e passaram a tê-la para a ação individual. Muitas das lutas que ocorreram eram coletivas, porém os interesses eram individuais, e, ao serem supridos, perdia-se a necessidade do coletivo (moradia, financiamento agrícola etc.). Somam-se a isso as mudanças que ocorreram com a implantação do neoliberalismo e a mudança de orientação do Vaticano, que levou a um relativo afastamento da Igreja Católica dos movimentos sociais⁶.

Tratando especificamente do Brasil, Gebrim (2005a) vai ligar a crise dos movimentos sociais à crise do Ciclo do PT, pois o grupo hegemônico do PT levou à criação de uma imagem do Estado como uma entidade neutra que, por sua vez, propiciou a formação de uma geração desarmada ideologicamente frente à democracia burguesa, dando o entender que bastaria uma vitória eleitoral e o Estado passaria a estar a serviço dos trabalhadores. A despolitização que veio ocorrendo levou a uma desmobilização de militantes-cidadãos, o que transformou problemas estruturais da sociedade em problemas administrativos a serem resolvidos por marcos institucionais existentes, ficando o povo como um agente passivo, não levando a mudanças do poder que molda por dentro a sociedade.

O que era um meio tornou-se um fim em si mesmo. Assim enquadradas, as eleições tem sido um momento privilegiado para difundir maciçamente a ideologia conservadora. Em nada contribuem para desenvolver o sentido crítico do povo em relação ao sistema e fortalecer sua capacidade de mobilização. (...) o resultado é um amplo descrédito na atividade política. Todos parecem mais ou menos iguais (GEBRIM, 2005a p. 9).

⁵ A autora destaca que o MST conseguiu, em parte, fugir desta institucionalização por seu caráter nacional, por sua capacidade de mobilização social, pela facilidade com que gera fatos políticos e altera a agenda dos governos brasileiros. Também Siqueira (2007) vai destacar o não alinhamento do MST às políticas públicas, apesar de utilizar-se delas.

⁶ O Vaticano, por meio da Congregação da Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), que de 1981 até 2005 foi liderada pelo Cardeal Joseph Ratzinger (atual Papa Bento XVI), condenou a Teologia da Libertação, que foi importante na gênese de muitos movimentos sociais na América Latina, impondo a religiosos o Silêncio Obsequioso, ou seja, os mesmos não poderiam mais falar em nome da igreja, nem dar aulas, conceder entrevistas e acompanhar qualquer trabalho pastoral. Cabe destacar que setores da Igreja Católica continuam com atividades junto aos movimentos sociais, como é o caso da CPT.

O afastamento do PT das propostas de mudanças estruturais marcará o encaminhamento para o fim do Ciclo PT e um processo de transição para um novo ciclo que deverá ser formado. É nesta perspectiva que se organizará o Movimento Consulta Popular.

A CONSULTA POPULAR

O Movimento Consulta Popular⁷ vai se formar a partir da realização da Conferência de Itaipava/SP, em 1997, evento que contou com a participação de integrantes de diversos movimentos sociais, instituições, pastorais, e partidos políticos que participavam das marchas estaduais do MST e debatiam a necessidade de um novo projeto popular para o Brasil. A participação do MST foi fundamental no surgimento da Consulta por sua luta de massa e se transformou em referências para os grupos “que não aceitavam a lógica imposta pela esquerda eleitoral” (GEBRIM, 2005b) e buscavam resgatar a autoestima da “afirmação que somos viáveis enquanto povo, de que nossa nação é possível. O Brasil tem sentido!” (GEBRIM, 2005a).

Lançou-se a proposta de uma maior unidade entre os diversos movimentos e organizações sociais que mantinham uma postura mais crítica em relação ao modelo neoliberal que vinha sendo implantado no Brasil e que, aos poucos, ia sendo assumido pelo próprio partido que era a referência destes grupos, o PT. Colocava-se a necessidade de se construir um novo Projeto Popular para o Brasil que não fosse concentrado na lógica eleitoral. Para isso, fazia-se necessária a criação de um instrumento político de articulação dos lutadores do povo⁸ que pudesse contribuir para mudar o padrão de luta de classes, a partir de uma ação mais enérgica das classes oprimidas (GEBRIM, 2005b).

A identificação da Consulta Popular como Movimento Político se dá por entender que, na atualidade, o termo “movimento” expressa melhor a luta de classe que se pretende destacar, já que Partido Político veio sendo cunhado nos últimos anos como uma “organização com registro no Tribunal Superior Eleitoral. (...) que apresentam candidatos e disputam eleitoralmente os cargos parlamentares e administrativos a cada dois anos” (GEBRIM, 2005b p. 2). O autor vai ainda destacar que, ao longo do século XX, instrumentos revolucionários assumiram várias denominações, como Frente, Ação,

⁷ Que, no dia-a-dia de seus militantes, é chamado de Consulta Popular ou Consulta.

⁸ Lutadores do Povo vem surgindo como um novo termo que busca denominar as pessoas envolvidas na luta popular que vem se redefinindo.

Movimento, Congresso etc.⁹

O surgimento da Consulta Popular está ligado ao entendimento de se ter chegado ao fim de mais um ciclo da esquerda, que vem enfrentando uma crise de valores, práticas e pensamentos, na qual militantes tornaram-se burocratas, líderes se transformaram em máquinas eleitorais e objetivos particulares passaram a suplantar objetivos coletivos etc. O ciclo em questão seria o “Ciclo do PT”, que se encerraria com a eleição de Lula (em 2002), que passou a aderir à doutrina neoliberal, tornando-o um partido tradicional integrado à ordem em vigor¹⁰. Um desafio se colocava, ‘refundar a esquerda para refundar o Brasil¹¹, a partir das experiências do passado, propondo um programa de transformações estruturais e voltando suas atenções momentâneas para cumprir três tarefas consideradas essenciais: “elaborar teórica e politicamente uma alternativa para o Brasil, formar e articular os lutadores do povo, e apoiar os movimentos sociais” (CONSULTA POPULAR, 2004 p. 4). Estas propostas aprofundadas transformaram-se no tripé de sustentação da Consulta popular, que passou a ser assim entendido:

A elaboração teórica e formação política dos Lutadores do Povo (conhecimento da realidade, recuperação do pensamento socialista histórico, formação de consciência social, valores e capacidade teórica de solucionar problema na medida em que surgem). **Construir, Impulsionar e Estimular as Lutas de Massa** (capazes de alterar a correlação de forças, despertar a consciência social em amplos setores e gerar força social) e **Construir a Organicidade dos Lutadores do Povo**. Unir os movimentos sociais e lutadores do povo em torno de um mesmo objetivo estratégico e dotá-lo de uma unidade de ação (GEBRIM, 2005a).

O papel inicial da Consulta Popular é voltado à elaboração de novos espaços populares, criando condições para um debate que leve à construção de um novo Projeto Popular de transformação social e a uma ruptura com o modelo social excludente vigente, valorizando as emoções e valores dos lutadores do povo, por meio da luta revolucionária. O desafio colocado à Consulta é estruturar uma organização política formada por diversos movimentos e instituições com várias escalas de atuação (local, nacional, internacional) e com métodos de ação, direção e decisão diferenciados e com diferentes áreas de atuação¹². Parte-se do princípio de que existe “um povo” brasileiro que tem uma história de vida e

⁹ Frente Sandinista de Libertação Nacional, Movimento Popular Pela Libertação de Angola, Congresso Nacional Africano, Ação Libertadora Nacional etc.

¹⁰ A “Carta ao Povo Brasileiro” assinada, em 22 de junho de 2002, pelo então candidato à Presidência da República pelo PT Luiz Inácio Lula da Silva mostra o compromisso que o mesmo assumia com a política vigente.

¹¹ Título de um documento lançado pela Consulta Popular, em 2004.

¹² Um dos pontos destacados é a grande diferença, principalmente, entre os movimentos e organizações do campo e da cidade.

construiu uma lógica cultural que está enfrentando uma crise de destino: ou se assume enquanto tal e tome os rumos de sua condução, ou será desintegrado e moldado pela lógica do capital que vem avançando de forma acelerada pelos diferentes espaços brasileiros.

Os avanços, desafios e enfrentamentos que envolvem Consulta Popular são temas a serem analisados futuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da implantação e territorialização do neoliberalismo foram mundiais, com rebatimentos nas questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Pensado e implantado a partir de interesses hegemônicos, o neoliberalismo sofreu grandes questionamentos em escala mundial. Movimentos e organizações sociais antissistêmicos foram quem mais se opuseram à lógica neoliberal. Essas instituições necessitaram rever suas estratégias e táticas de atuação, passando por reformulações internas, marcadas por uma redefinição de sua base teórica.

No Brasil, a Consulta Popular nasce como “elo” entre movimentos e organizações sociais antissistêmicas, aproximando trabalhadores do campo e da cidade. A questão de referência que se coloca é a construção de um novo projeto popular para o Brasil, já que o que existia anteriormente não representava mais os anseios destes movimentos e organizações sociais.

As questões partidária e eleitoral deixam de ser o instrumento principal para se construir uma sociedade mais justa, por ter se tornado algo estanque, deixando de ser um meio e tornando-se apenas um fim a ser alcançado. A Consulta Popular nasce como instrumento de agregação de entidades que buscam construir um novo projeto popular para o Brasil. É um movimento político que busca, novamente, colocar em destaque as discussões de classe. A Consulta popular tem como desafio se estruturar levando em consideração as diferentes organizações sociais a ela atreladas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Roberto Della Santa. **Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil**: gênese, desenvolvimento e perspectivas da campanha (inter)nacional contra a ALCA. Redes de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y El Caribe. 2005. Disponível em: <www.clacso.org.ar/biblioteca> Acesso em: 23 jan. de 2008.

CONSULTA POPULAR. **Refundar a esquerda para refundar o Brasil**. Consulta Popular, 2004. Disponível na internet: <<http://www.consultapopular.org.br/documentos/refundar-a-esquerda-para-refundar-o-brasil/>> Acesso em: 17 jun. 2008.

CONSULTA POPULAR. **Cartilha Nº 20 – resoluções sobre a tática: 2ª Plenária Nacional – “Aurora Maria Nascimento Furtado”**. São Paulo: Consulta Popular, 2009.

GEBRIM, Ricardo. **Sobre o instrumento político**. Consulta Popular, 2005a. Disponível na internet: <<http://www.consultapopular.org.br/documentos/sobre/o-instrumento/14j.pdf/>> Acesso em: 17 jun. 2008.

GEBRIM, Ricardo. Movimento Consulta Popular. In: **SEMINÁRIO PARTIDOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA**”. Organização Fundação Rosa Luxemburgo. 2005b. Disponível na internet: <<http://www.consultapopular.org.br/sobre/o-movimento-consulta-popular/>> Acesso em: 17 jun. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GOSS, Karine Pereira e PRUDENCIO, Kelly. O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado. **Revista Eletrônica Em Tese**. v. 2, n. 1 (2), janeiro-julho de 2004, p75-91. Disponível em: www.entese.ufsc.br. Acesso em 15 jun 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 4ª ed. – São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Espaço Acadêmico** – n. 54 – novembro de 2005 – ano V. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm#_ftnref6> Acesso em: 15 abril 2008.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade. In: **ANPEG**, 2007.

Recebido em: 21/05/2015
Aprovado em: 20/07/2015